



**PARECER PRÉVIO Nº 95/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10193/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Raimundo Nonato Souza Martins (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851, Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes - OAB/AM nº 3339 e Ana Lucia Salazar de Sousa - OAB/AM 7173.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7409/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, referente ao exercício financeiro de 2012, sob a responsabilidade do Sr. **Raimundo Nonato Souza Martins**, Prefeito, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, caput e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas e art. 1º, I e do art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, conforme irregularidades identificadas quanto aos atos de gestão e de governo, explanados na fundamentação do Voto.



**PARECER PRÉVIO Nº 95/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- **Ata:** 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 6 de dezembro de 2022.  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).  
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro Relator

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**

Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Conselheiro-Convocado

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**

Procuradora-Geral, em substituição



**ACÓRDÃO Nº 95/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 95/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10193/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Raimundo Nonato Souza Martins (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851, Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes - OAB/AM nº 3339 e Ana Lucia Salazar de Sousa - OAB/AM 7173.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7409/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença. Exercício de 2013.

Determinação. Ciência. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** o encaminhamento, após a sua devida publicação, do respectivo **PARECER PRÉVIO**, acompanhado do Voto e de cópia integral do Processo à Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição Estadual): O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito



**ACÓRDÃO Nº 95/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 95/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

**10.2. Determinar**, diante as irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.3. Determinar** à Secretaria Geral de Controle Externo–SECEX que adote as medidas necessárias para a autuação de processos em relação às impropriedades não sanadas, constantes nas irregularidades identificadas nas tabelas 1 e 2, consolidadas na Informação Conclusiva nº 136/2019-DICOP (fls. 4679/4691), e as restrições 1, 2, 4, 5, 8 a 14, 16, 17, 21 a 24, 35 a 37 da Notificação nº 004/2013-CI/DICAMI, elencadas na fundamentação do Voto;

**10.4. Dar ciência** ao **Sr. Raimundo Nonato Souza Martins**, Prefeito, à época, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão correspondente, para que tome as providências que entender cabíveis;

**10.5. Arquivar** os autos, após expirados os prazos legais.

**11- Ata:** 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de dezembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição